

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO	Aquisição de medalhas, placas, rosetas e estojos, para serem entregues aos laureados com a Medalha Emílio Moura com entrega integral.									
1.1.ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	1.1.ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO									
	<table><tr><th>Item</th><th>Quant.</th><th>Un.</th><th>Especificação do Objeto</th></tr><tr><td>01</td><td>60</td><td>un</td><td> “MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS” GRAU OURO - 30 ANOS <u>especificações:</u> Medalha dourada e prateada, cunhada em formato circular, com 35mm de diâmetro, circundada no sentido horário, com os dizeres: “MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS”, tendo ao centro, no anverso, o brasão do Estado de Minas Gerais em alto relevo; No verso será gravada a expressão: “TEMPO DE SERVIÇO 30 ANOS” e a sigla “TCEMG”; com fita vermelha e branca de 35cm e fitinha vermelha para amarração de 25cm, com roseta e estojo na cor preta. <u>Modelo 30 anos :</u>  </td></tr></table>			Item	Quant.	Un.	Especificação do Objeto	01	60	un
Item	Quant.	Un.	Especificação do Objeto							
01	60	un	“MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS” GRAU OURO - 30 ANOS <u>especificações:</u> Medalha dourada e prateada, cunhada em formato circular, com 35mm de diâmetro, circundada no sentido horário, com os dizeres: “MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS”, tendo ao centro, no anverso, o brasão do Estado de Minas Gerais em alto relevo; No verso será gravada a expressão: “TEMPO DE SERVIÇO 30 ANOS” e a sigla “TCEMG”; com fita vermelha e branca de 35cm e fitinha vermelha para amarração de 25cm, com roseta e estojo na cor preta. <u>Modelo 30 anos :</u> 							



02	10	un	"MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS" 40 ANOS especificações: Medalha dourada, cunhada em formato circular, com 50mm de diâmetro, circundada no sentido horário, com os dizeres: "MEDALHA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS", tendo ao centro, no anverso, o brasão do Estado de Minas Gerais em alto relevo, com pintura esmaltada em uma cor; No verso será gravada a expressão "TEMPO DE SERVIÇO 40 ANOS" e a sigla "TCEMG"; A medalha será disposta como moeda em estojo de veludo na cor preta. Modelo 40 anos:  Fundo com textura Borda, Texto e brasão em relevo Pintura esmaltada
----	----	----	---

	<table><tr><td>03</td><td>04</td><td>un</td><td> “HONRARIA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS” 50 ANOS DE SERVIÇO especificações: Placa de 50 anos de trabalho, em aço inox, no formato 20cm x 16cm, com texto, brasão e nome do agraciado em alto relevo, com pintura esmaltada em uma cor; A placa será disposta em estojo de veludo na cor preta. Modelo placa 50 anos:  </td></tr></table>	03	04	un	“HONRARIA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS” 50 ANOS DE SERVIÇO especificações: Placa de 50 anos de trabalho, em aço inox, no formato 20cm x 16cm, com texto, brasão e nome do agraciado em alto relevo, com pintura esmaltada em uma cor; A placa será disposta em estojo de veludo na cor preta. Modelo placa 50 anos: 
03	04	un	“HONRARIA EMÍLIO MOURA DA CORTE DE CONTAS” 50 ANOS DE SERVIÇO especificações: Placa de 50 anos de trabalho, em aço inox, no formato 20cm x 16cm, com texto, brasão e nome do agraciado em alto relevo, com pintura esmaltada em uma cor; A placa será disposta em estojo de veludo na cor preta. Modelo placa 50 anos: 		
2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	Conforme disposição contida no art. 87 da Resolução Delegada nº 02, de 08 de março de 2023 deste Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, constituem relevantes atribuições da Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial – CRPC “<i>elaborar e executar o plano de cerimonial, conforme as normas protocolares e de cerimonial em eventos realizados pelo Tribunal</i>”, “<i>coordenar e executar a recepção e acompanhamento de autoridades em visitas ao Tribunal</i>”, “<i>assessorar e acompanhar a participação do Presidente, Conselheiro ou autoridade em sua representação em externo</i>”, e “<i>gerenciar o Espaço Cultural Affonso Teixeira Lages – Auditório Vivaldi Moreira, Salão Mestre de Piranga e Salão Inimá de Paula</i>”. Ressalta-se que o TCE/MG promove, com regularidade, reuniões de membros de outros tribunais de contas, bem como realiza, anualmente, homenagens e solenidades de entrega de medalhas aos servidores da Instituição de acordo com o tempo de serviço prestado, nos termos da citada Resolução nº 2/2023. Neste contexto, para atendimento às disposições contidas na sobredita resolução, faz-se necessária a aquisição dos itens especificados no subitem 1.1 deste Termo de Referência. Por fim, importante esclarecer que a opção por realizar a presente aquisição em lote único se dá em razão desta se mostrar mais econômica e eficaz na execução dos serviços que se pretende contratar, já tendo o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 5.260/2011 – 1ª Câmara, se manifestado no sentido de que “<i>inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si</i>”.				
3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	3.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa por valor, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.				

4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA	4.1. A empresa deverá apresentar junto à proposta comercial declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. 4.2. A Contratada vencedora apresentará à Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial amostras de <u>todos os itens constantes do tópico 1.1 deste Termo de Referência</u>, em quantidade mínima de 1 (uma) unidade de cada item; 4.2.1. As amostras deverão ser entregues na Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, localizada na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.305, 6º andar do Edifício Anexo, Bairro Luxemburgo, na cidade de Belo Horizonte/MG – CEP: 30.380-435, em até 10 (dez) dias uteis após a emissão da ordem de serviço; 4.2.2. O exame das amostras será realizado pela Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial, para fins de análise quanto à qualidade do produto, bem como para verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência; 4.2.3. As amostras entregues, se aprovadas, serão computadas no quantitativo total do objeto a ser entregue; 4.2.4. As amostras reprovadas ficarão à disposição do fornecedor, o qual será notificado via correio eletrônico para retirá-las na Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data em que for notificado, eximindo o Tribunal de qualquer ônus pela inutilização ou dano decorrente de testes efetuados no produto, ficando a cargo da licitante, todas as despesas com a devolução das amostras; 4.2.5. As amostras não recolhidas no prazo estipulado no subitem 4.2.4. serão <u>inutilizadas ou dada a destinação que o Tribunal entender cabível, abdicando a licitante destas, sem que isto gere qualquer direto à indenização.</u>
--	---

5.DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO	5.1.DECLARAÇÕES: 5.1.1. Declaração assinada pelo representante legal, de que atende aos requisitos de habilitação; 5.1.2. que cumpre às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; 5.2.HABILITAÇÃO JURÍDICA: 5.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; 5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; 5.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; 5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. 5.3.HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: 5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); 5.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 5.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; 5.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Estadual competente, para licitante/fornecedor com sede fora do Estado de Minas Gerais; 5.3.5. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante/fornecedor, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente; 5.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal; 5.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho; 5.3.8. Declaração expressa de que o licitante/fornecedor não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante/fornecedor; OBS: as provas de regularidade referidas acima deverão ser efetuadas nos termos da legislação específica, podendo ser substituídas por Certificado de Registro Cadastral – CRC, da SEPLAG. 5.4.HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: 5.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante/fornecedor. 5.5.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 5.5.1. Declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. 5.6. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA: 5.6.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto licitado, demonstrando que a licitante executa ou já executou, satisfatoriamente, serviços com o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado.
6. VIGÊNCIA CONTRATUAL	6.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial de Contas (DOC), na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 7.1.** O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado do TRIBUNAL, localizado na av. Raja Gabaglia, 1305, piso G1, bairro Luxemburgo, Belo Horizonte, MG.
- 7.2.** O objeto deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis, a contar da emissão do pedido de compra pela Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial. Excepcionalmente sendo a emissão do pedido de compra posterior ao dia 23/09/2024, as medalhas deverão ser entregues impreterivelmente até a data limite de 07/10/2024.
- 7.3.** O objeto deverá ser entregue devidamente embalado, acondicionado e transportado com segurança e sob a responsabilidade da CONTRATADA. A Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial do TRIBUNAL recusará o objeto que for entregue em desconformidade com o previsto neste Termo de Referência, ou com defeito.
- 7.4.** O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo gestor/fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.
- 7.5.** O objeto será recebido definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material, e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.
- 7.6.** Será aplicada a garantia legal estabelecida pelo art. 26 da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, de 90 (noventa) dias, a partir da data de recebimento definitivo do objeto
- 7.7.** Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/2009 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), Decreto Estadual nº 46.105/2012 (Desenvolvimento Sustentável nas contratações públicas de Minas Gerais) e demais legislações específicas, no que couber.
- 7.8.** A Coordenadoria de Relações Públicas e Cerimonial do TRIBUNAL não aceitará ou receberá o objeto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes, cabendo à CONTRATADA efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado pelo gestor/fiscal do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou extinção contratual.
- 7.9.** O TRIBUNAL reserva para si o direito de não aceitar ou receber o objeto em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo extinguir o contrato nos termos do previsto nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, assim como aplicar o disposto no §7º do art. 90 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.
- 7.10.** O TRIBUNAL reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.11.** A CONTRATADA se obriga a observar e cumprir todas as condições e prazos fixados pelo TRIBUNAL, bem como a legislação aplicável.
- 7.12.** O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros sem autorização prévia do TRIBUNAL, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive extinção contratual.
- 7.13.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato, bem como decretação de falência ou insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado ensejarão a extinção contratual.
- 7.14.** Qualquer tolerância por parte do TRIBUNAL, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o TRIBUNAL exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 7.15.** Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratado serão de exclusiva propriedade do TRIBUNAL, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	8.1 Executar o objeto deste Termo de Referência nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados; 8.2. Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo TRIBUNAL com respeito à execução do objeto; 8.3. Entregar o objeto do contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados; 8.4. Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência ou outros que venham a ser fixados pelo gestor/fiscal; 8.5. Observar o prazo mínimo de validade do objeto fornecido, conforme definido neste Termo de Referência; 8.6. Responsabilizar-se pela qualidade do objeto, substituindo, imediatamente, aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual; 8.7. Atender às determinações emitidas pelo gestor/fiscal do contrato, ou autoridade superior, e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados; 8.8. Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei 14.133, de 2021, na Lei 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031, de 2009 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), Decreto Estadual nº 46.105, de 2012 (Desenvolvimento Sustentável nas contratações públicas de Minas Gerais) e demais legislações específicas, no que couber; 8.9 Efetuar o cadastro no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais – Compras mg, no módulo CAGEF, bem como mantê-lo atualizado.
9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	9.1. Emitir, por meio do gestor do contrato a autorização de fornecimento. 9.2. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente; 9.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas; 9.4. Rejeitar todo e qualquer objeto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência; 9.5. Efetuar o recebimento provisório do objeto, por meio do fiscal do contrato, bem como o recebimento definitivo, por meio do gestor. 9.6. Arcar com as despesas de publicação do extrato deste contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmado.
10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	10.1. A gestão deste contrato será realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática pelo gestor do contrato, a Coordenadora de Relações Públicas e Cerimonial da Diretoria de Comunicação Social do TRIBUNAL, observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, e a Portaria 8/PRES./2024 do TCEMG. 10.2. O gestor indicará, em termo próprio, o fiscal do contrato, conforme requisitos dos artigos 7º e 117 da Lei nº 14.133, de 2021, e incisos IV, V do art. 2º e § 3º do art. 4º da Portaria 8/PRES./2024 do TCEMG. 10.3. Compete ao fiscal do contrato as atribuições previstas no art. 18 da Portaria 8/PRES./2024 do TCEMG. 10.4. O fiscal do contrato anotar em histórico de gerenciamento e comunicará à CONTRATADA, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, definindo prazo para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando for o caso. 10.5. O fiscal do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, a entrega dos produtos/serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à CONTRATADA. 10.6. A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste contrato pelo TRIBUNAL, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo gestor e fiscal do contrato. 10.7. O TRIBUNAL não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste contrato. 10.8. A gestão e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

11. ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA	O custo estimado total da contratação será apurado pela Coordenadoria de Aquisição de Bens e Serviços, por meio de pesquisa de preços de mercado.
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	O desembolso se fará mediante rubrica da dotação orçamentária a ser indicada na Estimativa Orçamentária e Financeira (EOF).

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	13.1. O pagamento será realizado em parcela única, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, pela Diretoria de Finanças, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data final do ateste, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, e documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo fiscal e gestor do contrato. 13.2. O pagamento à CONTRATADA somente será realizado mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de inspeção emitido pelo fiscal e gestor do contrato. 13.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal. 13.4. O gestor e o fiscal do contrato e/ou a Diretoria de Finanças do TRIBUNAL, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício. 13.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao TRIBUNAL plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma. 13.6. O pagamento devido pelo TRIBUNAL será efetuado por meio de transferência em conta bancária a ser informada, obrigatoriamente, no documento fiscal, pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes. 13.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA. 13.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRIBUNAL encargos moratórios à taxa nominal de 12% a.a. (doze por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, observando o seguinte: I – o valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = índice de compensação financeira = 0,0003287671233; e VP = Valor da prestação em atraso. 13.9 O TRIBUNAL fará as retenções de Contribuição Previdenciária (INSS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto de Renda, quando aplicável, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento das Contribuições Sociais (Pis, Cofins e CSLL).
14. REAJUSTAMENTO	14.1 O TRIBUNAL e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, por recomposição precedida de cálculo e demonstração analítica da variação dos custos, aumento ou redução, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de custos e formação de preços e tendo como limite a média dos preços praticados no mercado em geral. 14.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. 14.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/ 2021. 14.4. O valor do contrato poderá ser reajustado após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da CONTRATADA, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, tendo como data-base a data do orçamento estimado elaborado pelo TRIBUNAL, qual seja, a data em que o Mapa de Apuração for inserido no SIAD. 14.5. O reajuste terá como base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. 14.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. 14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. 14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 14.9. O reajuste será concedido por meio de apostilamento ao contrato.
15. SANÇÕES	15.1. Na hipótese de a CONTRATADA incorrer em qualquer das infrações elencadas no art. 155, poderá ser responsabilizada administrativamente nos termos do art. 156, sendo observados, ainda, quando couber, o disposto nos artigos 157 a 163, todos da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos: 15.1.1. Advertência, caso dê causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; 15.1.2. multa, observados os limites previstos neste item; 15.1.3. impedimento de licitar e contratar com o Estado, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as infrações previstas no §1º c/c §3º do art. 47 e art. 48, ambos do Decreto Estadual nº 45.902/2012, e art. 12 da Resolução nº 14/2017 do TCEMG, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando licitante/fornecedor ou contratado praticar conduta ilícita ou irregular que, sem justificativa ou por motivo irrelevante, cause óbice ao andamento do pregão, comprometendo a sua eficácia ou a execução do objeto do contrato;

15.2. A sanção prevista no subitem 15.1.3 será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Estado de Minas Gerais, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.3. A sanção prevista no subitem 15.1.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 15.1.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.4. Na aplicação das multas serão observados os seguintes limites, nos termos do inciso II, do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012 c/c §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) 20% (vinte por cento) em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

d) 30% (trinta por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

15.5. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.3 e 15.1.4.

15.6. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pelo TRIBUNAL, nos casos de retardamento na execução do contrato, inexecução parcial ou inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas.

15.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o TRIBUNAL a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência/contrato.

15.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidos à CONTRATADA e, não sendo suficiente, a diferença será descontada da garantia de execução contratual, quando exigida, recolhido administrativamente pelo TRIBUNAL, ou cobrado na via judicial.

15.9. O recolhimento administrativamente do valor da multa deve ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial pelo TRIBUNAL.

15.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao TRIBUNAL, o débito será encaminhado à Advocacia Geral do Estado para inscrição em dívida ativa.

15.11. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, o valor devido pela garantia deverá ser complementado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação do TRIBUNAL.

15.12. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras constantes do § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.13. Reputar-se-ão inidôneos, entre outras hipóteses, atos tais como os descritos nos artigos 337-L e 337-M, § 2º do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940).

15.14. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, e Resolução nº 14/2017 do TRIBUNAL, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência/contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao TRIBUNAL.

15.16. Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência/contrato, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.18. Na hipótese de aplicação das sanções previstas nos subitens 15.1.3 e 15.1.4, após o trânsito em julgado administrativo, o Presidente do Tribunal de Contas encaminhará cópia dos autos à Controladoria Geral do Estado e solicitará a inscrição do licitante/fornecedor ou fornecedor no Cadastro de Fornecedoros Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, nos termos do art. 8º da Lei Estadual nº 13.994/2001.

15.19. É admitida a reabilitação do licitante/fornecedor ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que cumpridas, cumulativamente, as exigências dispostas nos incisos I a V e parágrafo único do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

DATA:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Castro Amedée Péret Motta**, **Coordenadora**, em 05/06/2024, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Augusto Costa Zocrato**, **Coordenador**, em 05/06/2024, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tce.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0305687** e o código CRC **0B96D9AF**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia - 1315 - Bairro Luxemburgo - CEP 30380-435 - Belo Horizonte - MG

24.0.000002448-8

0305687v15